

LÍNGUA PORTUGUESA

LEIA TODOS OS TEXTOS, COM ATENÇÃO, PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES DE 01 A 10.

TEXTO A**TEXTO B**

Se Vasco cair, Eurico ameaça “implodir” Dinamite.

O ex-presidente do Vasco, Eurico Miranda, mandou um recado ameaçador ao atual mandatário, Roberto Dinamite, em entrevista à Rádio Bandeirantes.

“Pense muito no que está fazendo com o Vasco, porque você não vai sair impune disso. Garanto que, nem que seja a última coisa que eu venha a fazer na minha vida, se o Vasco cair para a Segunda Divisão, eu vou acabar com você, com as suas vidas política e particular. Você só merece isso. Estou dizendo isso com todas as letras. Faça o diabo para impedir que o Vasco seja rebaixado. Pode continuar fazendo as suas lambanças, a sua auditoria, mas não deixe o Vasco cair. Se o Vasco for para a segunda divisão, eu vou acabar com você”, disparou.

(Fonte: <http://blog.miltonneves.ig.com.br/2008/10/21/se-vasco-cair-eurico-ameaca-implodir-com-dinamite/> (acessado em 10/06/12)).

1) Tendo em vista que há uma correlação entre os textos A e B, assinale a alternativa coerente acerca dos dois textos.

a) Fazendo referência a um filme (texto A), o site de humor não faz uma pilhéria, aludindo à remota possibilidade de o Vasco se manter na primeira divisão (Texto B).

b) O fato de o patrocinador, no primeiro texto, chamar-se champs – “campeão” em inglês – não se configura como uma ironia em relação à situação do clube, no segundo texto.

c) Para o leitor que não está familiarizado com o futebol, o título do texto B pode contribuir na construção do significado do A.

d) Ambos os textos, fazendo menção ao rebaixamento da equipe carioca, mostram-se como expressões de contrariedade ao rebaixamento.

e) A força semântica de “milagre” não pode se referir, com proporção de eventos bíblicos, à dificuldade em solucionar a situação do time.

TEXTO C**NOVO RUMO PROFISSIONAL**

Mudança de emprego ou de área de atuação deve ser encarada como possibilidade de autodescoberta

1 Pode ser um giro de 180 graus em outra direção ou uma mudança mais amena, para uma atividade relacionada à que você já executa. Não importa o tamanho do passo. Nem se você trocou estabilidade e um bom salário para investir num sonho. Ao longo da vida profissional, mais cedo ou mais tarde, todo mundo ensaia mudar de emprego ou de profissão em razão de novos projetos, desafios e insatisfações.

9 Esse momento normalmente acontece, segundo a psicóloga empresarial Márcia Coimbra, quando o profissional decide pautar sua trajetória no trabalho tendo em vista desejos pessoais. Além de trazer mais bem-estar quando são efetivamente realizadas, as transições profissionais ainda podem ser encaradas como uma possibilidade de autodescoberta, de reconhecimento da própria identidade.

17 No livro *Identidade de trabalho – Estratégias não-governamentais para reinventar sua carreira*, editado pela Harvard Business School Press, Hermínia Ibarra, professora de comportamento empresarial em Fontainebleau, na França, explica que, para ter satisfação, é preciso haver identificação com o trabalho. “Mas ela não é um tesouro escondido no fundo de cada um, esperando para ser descoberto. Ao contrário, é constituída de muitas possibilidades. Algumas tangíveis e concretas, outras definidas por coisas que fazemos e pelo meio onde vivemos, e outras que existem apenas na especulação de um futuro potencial e dos sonhos pessoais. É preciso estar sempre atento a tudo isso e de olho nas oportunidades”, afirma.

31 Na maioria das carreiras bem-sucedidas, segundo a autora, sempre existe um processo de tentativa e erro, de aprender fazendo, em que a experiência do aqui e agora ajuda a desenvolver as ideias sobre o que é plausível (e desejável) para o futuro, para a mudança. Portanto, o conselho é: “Se você está vislumbrando possibilidades em outras carreiras, corra para testá-las.”

38 Foi o que resolveu fazer a ex-funcionária pública Ivana Marques Macedo Forte, de 40 anos. Em 1999, ela pediu exoneração do cargo que ocupava na prefeitura, para batalhar emprego em uma empresa privada. Mas ainda não era o que ela queria. Depois de seis anos trabalhando na MBR como gerente de produção, decidiu respeitar o que ditava sua personalidade. “Nas duas guinadas que dei em minha vida profissional, as pessoas me tacharam de louca. Mas sempre tive uma veia empreendedora muito forte e queria poder usufruir de total autonomia, de praticar a gestão na qual acredito”, diz.

50 Com o marido e o irmão, ela abriu um fábrica de pães e hoje colhe frutos de sua coragem e determinação. “Estou feliz como nunca me senti em toda a minha vida profissional”, completa.

(Vanessa Jacinto/ Estado de Minas, acesso em 10/06/12)

2) O conteúdo desse texto, extraído do caderno Emprego, do jornal Estado de Minas, está voltado para:

- a) a seleção de profissionais capacitados.
- b) o surgimento de novas fontes de renda.
- c) a mudança de emprego em razão de novos objetivos.
- d) a divulgação de oportunidades de emprego.
- e) a divulgação de vagas no mercado de trabalho.

3) Em: “Mas ela não é um tesouro escondido no fundo de cada um” (linha 23), a palavra destacada se refere a:

- a) carreira
- b) satisfação
- c) identificação
- d) especulação
- e) pessoa

4) O trecho reescrito que não altera o sentido do texto original é:

- a) Ainda que você esteja vislumbrando possibilidades em outras carreiras, corra para testá-las.
- b) Quando você estiver vislumbrando possibilidades em outras carreiras, corra para testá-las.

- c) Onde você estiver vislumbrando possibilidades em outras carreiras, corra para testá-las.
- d) Caso você esteja vislumbrando possibilidades em outras carreiras, corra para testá-las.
- e) Conforme você esteja vislumbrando possibilidades em outras carreiras, corra para testá-las.

5) “Algumas tangíveis e concretas, outras definidas por coisas que fazemos e pelo meio onde vivemos”. [linha 25] A palavra destacada pode ser substituída corretamente por:

- a) que
- b) aonde
- c) nos quais
- d) o qual
- e) em que

TEXTO D

AÍ, GALERA

Jogadores de futebol podem ser vítimas de estereotipação. Por exemplo, você pode imaginar um jogador de futebol dizendo "estereotipação"? E, no entanto, por que não?

- Aí, campeão. Uma palavrinha pra galera.
- Minha saudação aos aficionados do clube e aos demais esportistas, aqui presentes ou no recesso dos seus lares.
- Como é?
- Aí galera.
- Quais são as instruções do técnico?
- Nosso treinador vaticinou que, com um trabalho de contenção coordenada, com energia otimizada, na zona de preparação, aumentam as probabilidades de, recuperado o esférico, concatenarmos um contragolpe agudo com parcimônia de meios e extrema objetividade, valendo-nos da desestruturação momentânea do sistema oposto, surpreendido pela reversão inesperada do fluxo da ação.
- Ahn?
- É pra dividir no meio e ir pra cima pra pegá eles sem calça.
- Certo. Você quer dizer mais alguma coisa?
- Posso dirigir uma mensagem de caráter sentimental, algo banal, talvez mesmo previsível e piegas, a uma pessoa à qual sou ligado por razões, inclusive, genéticas?
- Pode.
- Uma saudação para a minha progenitora.
- Como é?
- Alô, mamãe!

- Estou vendo que você é um, um...
- Um jogador que confunde o entrevistador, pois não corresponde à expectativa de que o atleta seja um ser algo primitivo com dificuldade de expressão e assim sabota a estereotipação?
- Estereotípico?
- Um chato?
- Isso.

(Luís Fernando Veríssimo)

6) Assinale a alternativa que retrata, no texto, duas situações relacionadas, que fogem à expectativa do público.

- a) A linguagem muito formal do jogador, inadequada à situação da entrevista, e um entrevistador que não entende nada do que lhe é dito.
- b) O uso da expressão "galera", por parte do entrevistador, e da expressão "progenitora", por parte do jogador.
- c) O desconhecimento, por parte do entrevistador, da palavra "estereotipação", e a fala do jogador em "é pra dividir no meio e ir pra cima pra pegá eles sem calça".
- d) O fato de os jogadores de futebol serem vítimas de estereotipação e o jogador entrevistado não corresponder ao estereótipo.
- e) O fato de o entrevistador se expressar muito bem e o jogador não falar em linguagem padrão.

7) A expressão "pegá eles sem calça" poderia ser SUBSTITUÍDA, em língua culta formal, sem comprometimento de sentido, por pegá-los...

- a) na mentira.
- b) desprevenidos.
- c) em flagrante.
- d) rapidamente.
- e) nus.

TEXTO E

DIARIAMENTE

“Para calar a boca: Rícino
 Para lavar a roupa: Omo
 Para viagem longa: Jato
 Para difíceis contas: Calculadora
 Para o pneu na lona: Jacaré
 Para a pantalonada: Nesga
 Para pular a onda: Litoral
 Para lápis ter ponta: Apontador
 Para o Pará e o Amazonas: Látex
 [...]

 Para levar na escola: Condução
 Para os dias de folga: Namorado
 Para o automóvel que capota: Guincho
 [...]

 Para saber a resposta: Vide-o-verso
 Para escolher a compota: Jundiá
 Para a menina que engorda: Hipofagi
 Para a comida das orcas: Krill
 Para o telefone que toca
 Para a água lá na poça
 Para a mesa que vai ser posta
 Para você o que você gosta: Diariamente”

(Marisa Monte)

8) A letra da canção apresenta uma construção especial, graças à repetição da palavra para. Sobre essa preposição, pode-se afirmar que ela transmite a ideia de:

- a) causa
- b) assunto
- c) companhia
- d) finalidade
- e) consequência

9) Identifique a alternativa em que se classificou INCORRETAMENTE a oração destacada:

- a) **Embora se alimentasse bem**, não apresentava boa saúde (subordinada adverbial concessiva).
- b) Ele apresentava uma boa saúde, **visto que sempre se alimentava bem** (subordinada adverbial causal).
- c) Melhorava de aparência, **à medida que deixava de fumar** (subordinada adverbial proporcional).

- d) O movimento no restaurante era tanto, **que desistimos de comer** (subordinada adverbial consecutiva).
 e) **Ainda que estivesse quase sem respirar**, ele não deixava de fumar (subordinada adverbial conformativa).

TEXTO F



TEXTO G



10) Assinale a alternativa que melhor descreve as críticas apresentadas nas duas charges.

- a) Na segunda charge, ao criticar a estampa de camuflagem, o chargista quis mostrar as novas tendências no mundo da moda – o padrão soja e pasto.
 b) Na primeira charge, ao trocar o pinguim de lugar, o chargista critica o aquecimento global, representado pelo calor do fogão.
 c) Na primeira charge, ao colocar o pinguim sobre o fogão, o chargista quis representar as mudanças na decoração da cozinha.
 d) Na segunda charge, ao criticar a vestimenta do soldado, o chargista quis mostrar que o padrão camuflagem não está mais na moda.
 e) Na primeira charge, ao colocar o pinguim sobre o fogão, o chargista quis mostrar a resiliência dos animais, que se adaptam a quaisquer condições climáticas.

ATUALIDADES E CONHECIMENTOS GERAIS

11) Leia o texto abaixo:

“O CNJ decidiu, nesta quarta-feira, 4/7, não interferir em decisões de dois magistrados que reduziram, por iniciativa própria, honorários advocatícios pactuados entre clientes e advogados em processos julgados por eles. Por maioria, o Conselho entendeu que as decisões são atos jurisdicionais e que não devem ser objeto de revisão pelo órgão, por fugirem de sua competência constitucional.”

Sobre o Conselho Nacional de Justiça, marque a alternativa ERRADA:

- a) O CNJ, criado pela EC 45/2004, tem como um de seus objetivos desenvolver ações e projetos destinados a garantir o controle administrativo e processual, a transparência e o desenvolvimento do Judiciário.
 b) É da competência do CNJ manter o bom funcionamento da Justiça brasileira e, para isso, o órgão desenvolve ferramentas eletrônicas e promove parcerias para garantir agilidade e transparência nas atividades.
 c) Conforme o § 4º do art. 103-B da Constituição, o CNJ é responsável por controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, além de garantir que os juízes cumpram as atribuições a eles conferidas.
 d) A Corregedoria Nacional de Justiça é um órgão do CNJ que orienta, coordena e executa políticas públicas para o

bom desempenho da atividade judiciária dos tribunais e juízes do país.

e) O CNJ é um órgão vinculado ao poder executivo.

12) Leia o texto abaixo:

“A Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho manteve decisão que condenou a Phillip Morris Brasil Indústria e Comércio Ltda. a pagar a um operador de máquinas 45 minutos diários como horas extras, por irregularidades na concessão do intervalo intrajornada. O fundamento da decisão foi a Orientação Jurisprudencial nº 342 da própria SDI-1, segundo a qual não é possível dispor-se sobre o intervalo intrajornada por meio de negociação coletiva, sendo inválida cláusula que considere a sua redução ou supressão.”

Com base no intervalo intrajornada, assinale a opção INCORRETA:

a) Segundo o atual entendimento do TST, mesmo que haja cláusula em Convenção Coletiva que permita a redução do intervalo intrajornada, esta deverá ser considerada inválida.

b) Para os trabalhadores que tenham uma jornada superior a 04 horas de serviço, mas inferior a 06 horas, a CLT garante o direito do gozo de um intervalo de 15 minutos.

c) Não é permitida a concessão parcial do intervalo, sob pena de ser considerado intervalo não gozado.

d) O tempo destinado ao intervalo não será computado na duração do trabalho.

e) O tempo de intervalo que excede os limites legais, bem como os intervalos concedidos sem previsão legal não serão computados na duração de trabalho.

13) A 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça manteve a prisão preventiva de Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira. O julgamento, iniciado no último dia 15, terminou nesta terça-feira (22/5), com o voto-vista do desembargador convocado Adilson Macabu. O voto, favorável ao pedido de revogação da prisão preventiva, foi o único nesse sentido.

Quanto aos tipos de prisão estabelecidos pela nossa legislação penal, podemos afirmar, EXCETO:

a) É previsto em nossa legislação penal a prisão preventiva, a temporária, em flagrante, para execução da pena e a preventiva para fins de extradição.

b) A prisão preventiva tem entre seus requisitos quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova

admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes de homicídio, sequestro, roubo, estupro, tráfico de drogas, crimes contra o sistema financeiro, entre outros.

c) A prisão em flagrante poderá ser decretada por qualquer pessoa do povo que presenciar o fato criminoso.

d) Atualmente a única modalidade de prisão civil permitida em nossa legislação é a proveniente do não pagador da pensão alimentícia, pois recentemente o STF reconheceu a ilegalidade da prisão civil de depositário infiel.

e) O STF reconheceu que somente poderá o condenado a cumprir a prisão para execução da pena após o trânsito em julgado da sentença condenatória, não sendo desta forma passível de recurso.

14) A Justiça da Paraíba negou um recurso de um gari que havia processado o apresentador Boris Casoy, da Rede Bandeirantes. A ação havia sido proposta após o gari se sentir ofendido por comentários que o jornalista fez contra a categoria profissional quando apresentava um dos telejornais do canal, em 31 de dezembro de 2009. Na ocasião, após imagens de garis terem ido ao ar em uma reportagem, Casoy, sem saber que o áudio estava sendo transmitido, comentou: "Que merda: dois lixeiros desejando felicidades do alto das suas vassouras. O mais baixo na escala do trabalho". (Espaço Vital).

Quanto à responsabilidade civil podemos afirmar:

a) Para a caracterização da responsabilidade civil subjetiva basta a caracterização do ato ilícito, da culpa e do dano.

b) A antijuridicidade é o elemento subjetivo do ato ilícito enquanto que a imputabilidade é o elemento objetivo.

c) Quando ocorrer emancipação voluntária, o emancipado não responderá por ato ilícito. Os pais ainda responderão pelo ato ilícito praticado pelo então emancipado, uma vez que este ainda é dependente econômico daqueles. Neste caso, poderá haver litisconsórcio passivo facultativo.

d) O lucro cessante será concedido independente da parte conseguir provar que se não houvesse ocorrido o dano, provavelmente haveria um ganho econômico.

e) Quando estivermos falando de responsabilidade objetiva, significa dizer que a culpa é presumida, não havendo que se falar, desta forma, em defesa.

15) Recentemente o STF decidiu, por unanimidade, que o sistema de cotas raciais em universidades é constitucional. O julgamento tratou de uma ação proposta pelo DEM contra o sistema de cotas da UnB (Universidade de Brasília), que reserva 20% das vagas para autodeclarados negros e pardos. O sistema de cotas é considerado válido, pois busca reduzir uma desigualdade social histórica entre brancos e negros mediante a edição de políticas afirmativas.

Com base na notícia acima, analise a opções abaixo.

I - A Constituição Federal de 1988 instituindo um Estado Democrático de Direito, assegura a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no País, desde o seu preâmbulo a igualdade e a justiça.

II – Nossa constituição buscou repelir qualquer forma de discriminação fundamentando assim suas diretrizes no princípio da isonomia (igualdade).

III – A aprovação em concurso público ou em vestibular tem como base o princípio da Meritocracia, isto é, a conquista da vaga se daria tão somente pelo mérito do candidato. A aplicação deste princípio de forma isolada, no entanto, poderia trazer injustiça, tendo em vista que se trataria de candidatos com chances desiguais, segundo entendimento do STF.

Com base nas assertivas acima, podemos afirmar que:

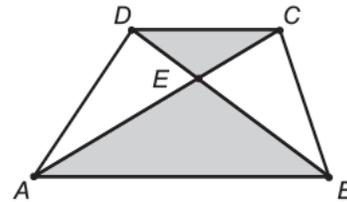
- a) As opções II e III estão incorretas.
- b) Somente a opção II está correta.
- c) Todas estão corretas.
- d) As opções I e III estão corretas.
- e) Somente a opção III está correta.

RACIOCÍNIO LÓGICO

16) Dois trens viajam com velocidades constantes. Em comparação com o trem mais rápido, o trem mais lento demora 5 minutos a mais para percorrer 6 km e, num intervalo de 20 minutos, percorre 4 km a menos. Qual é a velocidade, em quilômetros por hora, do trem mais rápido?

- a) 21
- b) 36
- c) 27
- d) 30
- e) 33

17) A figura mostra um trapézio $ABCD$ de bases AB e CD ; o ponto E é o ponto de encontro de suas diagonais. Os triângulos ABE e CDE têm áreas a e b , respectivamente. Qual é a área do trapézio?

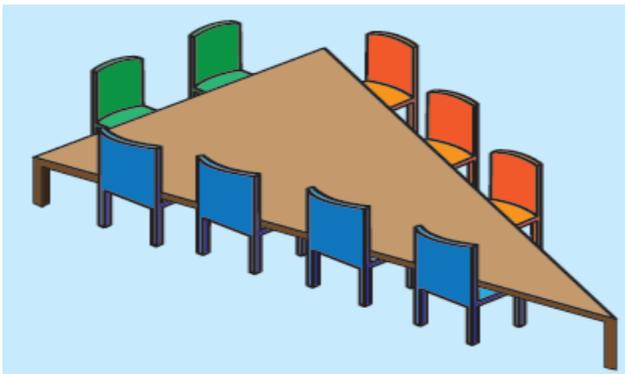


- a) $(\sqrt{a} + \sqrt{b})^2$
- b) $\frac{3}{2}(a + b)$
- c) $2(\sqrt{a} + \sqrt{b})^2$
- d) $2(a + b)$
- e) \sqrt{ab}

18) Para confeccionar várias saias iguais, uma costureira gastou R\$ 2,99 para comprar berguilha de 4 centavos e botões de 7 centavos. Ela usou todas as berguilhas e botões que comprou. Quantas saias ela fez?

- a) 2
- b) 5
- c) 10
- d) 23
- e) 13

19) Seis amigos, entre eles Maria e Bento, vão almoçar em uma mesa triangular, cujos lados possuem 2, 3 e 4 lugares, como mostra a figura abaixo. De quantas maneiras esses amigos podem sentar-se à mesa de modo que Maria e Bento fiquem juntos e em um mesmo lado desta mesa?



- a) 288
- b) 6720
- c) 15120
- d) 10080
- e) 60480

20) Victor vai participar de um festival de prêmios e que contém uma urna com quatro bolas de valores diferentes e desconhecidos por ele, que serão sorteadas uma a uma até que ele decida ficar com apenas uma delas. Ele observa o valor das duas primeiras bolas sorteadas e as descarta. Se o valor da terceira bola sorteada for maior que os das duas primeiras, ele ficará com ela e, caso contrário, ficará com a bola que restou. Qual seria a probabilidade de Victor ficar com a bola de maior valor?

- a) 5/12
- b) 1/4
- c) 1/3
- d) 3/8
- e) 1/2

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21) Quanto aos princípios elencados em nossa Constituição Federal, podemos afirmar que:

- a) O princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Particular é um princípio implícito, o qual significa dizer que em todas as situações o Estado estará em posição superior ao particular, independente do tipo de relação entre eles estabelecida.
- b) O Princípio da Autotutela se caracteriza pelo poder da administração de anular os atos praticados em desrespeito à lei, bem como a prerrogativa administrativa de revogação de atos administrativos com base em juízo discricionário de conveniência e oportunidade.
- c) O princípio da eficiência busca evitar que o estado realize gastos acima dos orçados, exigindo assim que para todos os serviços realizados e bens adquiridos seja obrigada a realização da licitação.
- d) Para o princípio da moralidade, basta que o administrador público haja conforme a letra legal, não permitindo assim a discricionariedade.
- e) O princípio da legalidade estabelece que a Administração Pública pode fazer tudo aquilo que está previsto em lei e em atos administrativos de caráter normativo.

22) De acordo com as atribuições do STJ, é possível afirmar, EXCETO:

- a) Dentre outras, é competência do Superior Tribunal de Justiça, processar e julgar originariamente, os *habeas data* e os mandados de segurança contra ato de Ministros de Estado ou do próprio Tribunal.
- b) Dentre outras, é competência do Superior Tribunal de Justiça, processar e julgar em recurso ordinário os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados.
- c) Dentre outras, é competência do Superior Tribunal de Justiça, processar e julgar em Recurso Especial as causas decididas em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais quando a decisão recorrida contrariar lei federal.
- d) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência.

e) Dentre outras, é competência do Superior Tribunal de Justiça, processar e julgar originariamente os mandados de segurança e de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se concessiva a decisão.

23) A Constituição Federal estabelece diversas regras referente aos direitos e deveres individuais coletivos. Com base nisso, podemos afirmar:

- a) A Constituição Federal proíbe juízos de exceção, sendo que a lei não pode criar Tribunais militares, esportivos e marítimos em virtude do monopólio do sistema Judiciário pela Federação.
- b) A lei não poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;
- c) A CF não admite o ingresso no domicílio legal sem consentimento do morador.
- d) Mesmo a Carta Magna admitindo a decretação, pela autoridade judicial, mediante solicitação policial, da interceptação telefônica para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, é permitida a utilização das gravações no processo civil ou administrativo, como prova emprestada.
- e) O princípio da inafastabilidade da jurisdição tem aplicação absoluta no sistema jurídico vigente, o qual não contempla a hipótese de ocorrência da denominada jurisdição condicionada.

24) Com relação aos atos administrativos, é CORRETO afirmar:

- a) O ato que atribui licença a um particular a realizar uma construção é um ato vinculado.
- b) A extinção de uma Empresa Pública é um ato discricionário.
- c) A exoneração de Secretário Municipal é um ato vinculado.
- d) A nomeação de Secretário de Estado é um ato vinculado.
- e) A criação de um órgão é um ato discricionário.

25) Com relação aos princípios básicos da licitação, previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com posteriores alterações, é INCORRETO afirmar que a lei contempla o seguinte princípio:

- a) Vinculação ao instrumento convocatório.
- b) Promoção do desenvolvimento sustentável.
- c) Julgamento objetivo.
- d) Sigilo da licitação, dos seus atos e decisões.

e) Princípio do sigilo das propostas.

26) Quanto aos serviços públicos, analise as assertivas abaixo:

- I. O princípio da generalidade significa que os serviços públicos devem ser prestados com a maior amplitude possível, ou seja, beneficiando o maior número possível de indivíduos.
- II. A autorização de uso de bem público é ato bilateral, discricionário e precário.
- III. É garantido, a favor do contratado pela Administração, o direito adquirido à manutenção do regime jurídico de prestação do serviço público vigente no momento em que foi ajustada a contratação.
- IV. A concessão de serviço público, regida pelo artigo 175 da Constituição Federal é contrato por meio do qual é delegada a prestação de serviço público.

Assim, está(ão) CORRETA(S) a(s) alternativa(s):

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) Somente a I.
- d) Somente a III.
- e) I e III.

27) Quanto aos tributos, podemos afirmar:

- a) O fato gerador dos impostos independe de qualquer ato do estado.
- b) As arrecadações dos impostos estão vinculados a uma finalidade específica.
- c) Os tributos somente podem ser instituídos mediante lei ordinária, sendo vedada a instituição mediante lei complementar.
- d) O lançamento dos tributos se sujeito aos critérios de conveniência e oportunidade, posto que se trata de ato administrativo de natureza discricionária.
- e) O tributo poderá se tornar uma sanção a ato ilícito praticado pelo contribuinte.

28) Quanto à imunidade e à isenção tributária, podemos afirmar, EXCETO:

- a) Na imunidade não há o que se falar de existência de relação jurídica tributária, vez que a norma que imuniza impede o nascimento da obrigação tributária e o exercício da competência tributária.

- b) As isenções, ao contrário da imunidade, são decorrentes de previsão legal.
- c) As imunidades, ao contrário das isenções, devem ser interpretadas de forma ampla.
- d) O artigo 150, inciso VI da CF estabelece a imunidade recíproca ao qual impede que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituam impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços uns dos outros.
- e) Imunidades subjetivas são aquelas concedidas em função de determinados fatos, bens ou situações jurídicas.

29) É correto afirmar em relação à contestação da Prefeitura Municipal:

- a) O prazo é de vinte dias a contar da notificação inicial, no rito sumário.
- b) Não se aplica o rito sumaríssimo à Administração Pública direta.
- c) O prazo é de vinte minutos em audiência, no rito ordinário.
- d) O prazo é de sessenta minutos em audiência, no rito sumaríssimo.
- e) O prazo é de dez dias a contar da notificação inicial, no rito sumaríssimo.

30) A respeito da nulidade no processo trabalhista, analise as assertivas abaixo:

- I. A nulidade relativa somente será declarada se tiver sido oportunamente suscitada.
- II. A nulidade do ato prejudicará os atos anteriores e posteriores que dele dependam ou sejam consequência.
- III. De acordo com o princípio da transcendência, só haverá nulidade nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.

A fim das assertivas acima, podemos afirmar que:

- a) Todas são verdadeiras.
- b) Todas são falsas.
- c) Somente a I está correta.
- d) Somente a II está correta.
- e) Somente a III está correta.

31) A “Lei Maria da Penha” surgiu com o objetivo de proteger as mulheres em situações de perigo. Para a sua aprovação, houve o embasamento em um princípio constitucional que permitiu que a mulher recebesse um

tratamento jurídico preferencial em relação ao homem. Este princípio é o da:

- a) Segurança Jurídica.
- b) Igualdade material.
- c) Inviolabilidade domiciliar.
- d) Liberdade individual.
- e) Função social da propriedade.

32) Quanto ao princípio da legitimidade, é possível afirmar, EXCETO:

- a) Alguém só pode ser punido se, anteriormente ao fato por ele praticado, existir uma lei que o considere como crime.
- b) Infringe o princípio da legalidade a descrição penal vaga e indeterminada que não possibilita determinar qual a abrangência do preceito primário da lei penal e possibilita com isso o arbítrio do julgador.
- c) Infringe o princípio da legalidade a cominação de penas relativamente indeterminadas em margens elásticas.
- d) A vedação ao uso da analogia é relativa, podendo ser utilizado caso beneficie o réu.
- e) Não é permitida a edição de leis retroativas que fundamentam ou agravem a punibilidade.

33) Podemos afirmar que o recurso de apelação tem cabimento nas situações abaixo, EXCETO:

- a) Em face das decisões do Tribunal do Júri em que verificar a ocorrência de nulidade posterior à pronúncia.
- b) Em face da decisão de Juiz singular que não tenha força definitiva.
- c) Em face das decisões do Tribunal do Júri em que verificar erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou medida de segurança.
- d) Em face das decisões de Juiz singular das sentenças definitivas de condenação ou absolvição.
- e) Em face das decisões do Tribunal do Júri em que verificar decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos.

34) Segundo o nosso Código de Processo Penal, temos como hipóteses de cabimento de recurso de ofício, EXCETO:

- a) Concessão de *habeas corpus*.
- b) Absolvição sumária.
- c) Protesto por novo Júri.
- d) Absolvição nos crimes contra a economia popular.
- e) Reabilitação.

35) Quanto à queixa crime, podemos afirmar, EXCETO:

- a) Para a apresentação da queixa crime, quanto à contagem do prazo, exclui-se o primeiro dia e inclui-se o último dia.
- b) A queixa crime poderá ser oferecida por seu procurador, com procuração específica.
- c) Na falha da apresentação das circunstâncias identificadoras, o juiz poderá declarar a petição inepta.
- d) As omissões constantes na queixa, que não sejam referentes a dados fáticos essenciais, poderão ser supridas até a sentença final.
- e) Do despacho que recebe o oferecimento da queixa não cabe recurso.

36) No tocante à responsabilidade civil:

I. O direito de exigir reparação de dano e a obrigação de prestá-la transmite-se com a herança.

II. O patrão não será responsabilizado pelos danos causados a terceiros por seus empregados no exercício do trabalho, independente de provar que não teve culpa na escolha ou na vigilância deles.

III. Há responsabilidade civil objetiva quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

IV. A responsabilidade dos pais perante os danos causados por seus filhos é subjetiva.

V. A absolvição do réu, por sentença criminal transitada em julgado, que reconhecer ter sido o ato praticado no exercício regular de direito, isenta-o da responsabilidade civil.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I, II e III.
- b) III, IV e V.
- c) I, III e V.
- d) II e IV.
- e) II, IV e V.

37) Sobre a prescrição, podemos afirmar, EXCETO:

- a) É a extinção do direito pela falta de exercício dentro do prazo prefixado, atingindo indiretamente a ação.
- b) O despacho do juiz, mesmo que incompetente, interrompe o curso da prescrição.
- c) Os relativamente incapazes e a pessoas jurídicas têm ação contra seus assistentes ou representantes legais que

derem causa à prescrição ou não a alegarem oportunamente.

d) É imprescritível a ação que tem como objeto bens públicos de qualquer natureza.

e) Poderá ser renunciada pelo interessado, depois que se consumir, desde que não haja prejuízo de terceiro.

38 - No que se trata dos Embargos à Execução fundada em título judicial, aquele só poderá versar sobre, EXCETO:

a) Incompetência do Juízo que julgou o processo de conhecimento.

b) Falta ou nulidade de citação no processo de conhecimento, se a ação lhe correu à revelia.

c) Qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação com execução aparelhada, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença.

d) Cumulação indevida de execuções.

e) Inexigibilidade do título.

39) O Código de Processo Civil estabelece procedimentos cautelares nominados, quais sejam:

a) O sequestro, a nunciação de obra nova, a habilitação incidente, o arresto.

b) O arresto, o sequestro, a nunciação de obra nova e o arrolamento de bens.

c) A anulação e substituição de título ao portador e o arresto.

d) A exibição, a justificação, o protesto, e a caução.

e) O sequestro e a produção antecipada de provas.

40) Quanto à contagem dos prazos no processo civil, podemos afirmar, EXCETO:

a) Começa a contar o prazo para a apresentação da contestação quando a juntada aos autos do comprovante de citação.

b) A preclusão é a perda de uma situação jurídica ativa processual.

c) A superveniência de férias interromperá o curso do prazo, passando assim a contar o prazo restante a partir do primeiro dia útil ao fim das férias.

d) Em regra os prazos para a prática dos atos processuais é de 5 dias, quando não houver um prazo especial.

e) A preclusão lógica é a perda da faculdade pela prática de um ato anterior incompatível com o ato posterior que se pretende realizar.